

Ilustríssimos Senhores Membros da Comissão de Licitação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Aos Cuidados do Sr. Presidente da Comissão

PROCESSO Nº 2558/10

Concorrência Nº. 71/2011

*A Secretaria de Obras,
finais responden.
Joaquim
20/06/11*

Global Cabeamento Estruturado Ltda, empresa privada, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 02.928.544/0001-43, com sede, foro e estabelecimento na Rua Araguari 1685 sala 501, Santo Agostinho, CEP: 30.190-111 Belo Horizonte/MG, por seu diretor *in fine* assinado, vem à elevada presença de Vossas Senhorias, com fulcro no art. 109, alíneas "a" e "c", da Lei 8.666/93, **INTERPOR O PRESENTE RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A DECISÃO QUE CLASSIFICOU AS EMPRESAS MATESA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA E ENEL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, e o faz aduzindo o que segue:

Objeto: Obra de reforma geral no prédio do Fórum da Comarca de Betim/MG, conforme especificações constantes neste Edital.

A empresa **MATESA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA** apresentou dois atestados de capacidade técnica com as seguintes divergências:

- a) Dois atestados de uma mesma empresa, na mesma data, com o mesmo objeto de serviços e no mesmo local.
- b) Em ambos atestados, existe divergências entre início da obra, ora informa uma data, ora informa outra data.
- c) Em ambos atestados é apresentado o valor de R\$230.000,00 e R\$240.000,00 respectivamente, porém na Certidão de Acervo Técnico correspondente a esses mesmos atestados, apresentam o valor de 8.000,00 em cada, diferente do atestado registrado, significando assim, erro na apresentação da documentação.

- d) A partir do momento que é feito o registro do atestado no CREA, este é para baixar a obra nos registros do mesmo, esta data é apresentada nesse mesmo acervo mostrando o dia da conclusão da obra. Em ambos os atestados, nos respectivos acervos técnicos a data se encontra em 00/00/0000.
- e) Existe dois responsáveis técnicos da empresa, sendo que faltou a certidão pessoa física CREA MG do Sr. Fabio dos Santos Arcanjo.

Tendo em vista que a Global Cabeamento Estruturado não teve oportunidade, no ato da abertura da licitação, de verificar a veracidade dos documentos, confrontando com os originais, visto que, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, autenticou no dia anterior a abertura da seção, todos os documentos, impedindo assim, que a Global Cabeamento Estruturado pudesse confrontar e verificar minuciosamente esses documentos originais. A empresa Matesa também não apresentou nenhum representante na data de abertura do Certame para nos fornecer tais documentos.

A empresa **Enel Engenharia e Empreendimentos Ltda**, apresentou no anexo II, dois engenheiros como RT da empresa que serão os responsáveis pela obra.

No entanto, o Sr. José Nivaldo, não foi apresentado na declaração o número do CPF conforme exigência do próprio modelo pedido no edital, e do Sr. Klécio Rangel Pereira, não apresentou sequer na declaração, o CPF e o número de registro no CREA, conforme modelo exigido como anexo no próprio edital.

De acordo com a Lei 8666:

Art. 3.º

Art 3º A licitação destina-se a garantir a observância da proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 43

§ 3º É facultada à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo,



GLOBAL
CABEAMENTO ESTRUTURADO

vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Art. 44 § 1.º

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Como a Global Cabeamento Estruturado, seguiu rigorosamente todas as exigências do edital, baseado no artigo 5.º da Constituição Federal "Princípio da Igualdade" conforme abaixo, solicito a desclassificação desse certame.

"Art. 5o. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

O princípio da igualdade consagrado pela constituição opera em dois planos distintos. De uma parte, frente ao legislador ou ao próprio executivo, na edição, respectivamente de leis, atos normativos e medidas provisórias, impedindo que possam criar tratamentos abusivamente diferenciados a pessoas que encontram-se em situações idênticas. Em outro plano, na obrigatoriedade ao intérprete, basicamente, a autoridade pública, de aplicar a lei e atos normativos de maneira igualitária, sem estabelecimento de diferenciações em razão de sexo, religião, convicções filosóficas ou políticas, raça e classe social.

Belo Horizonte, 17 de junho de 2011.

Daniela Costa Vecchia

Daniela Costa Vecchia

Sócia / Diretora

Global Cabeamento Estruturado